

ACESSIBILIDADE EM AMBIENTE PÚBLICO: MAPEAMENTO DE BARREIRAS ARQUITETÔNICAS DE UMA CIDADE DO MEIO-OESTE CATARINENSE

FERRAZ, Aline Degenhardt¹
FRASSON, Isabel²
LINDEN JUNIOR, Eduardo³
KROTH, Adarly⁴
SARETTO, Chrystianne Barros⁵
TRAVERSO, D. Maria Esther⁶

RESUMO

Acessibilidade é uma condição pela qual pessoas com algum tipo de deficiência possam usufruir dos recursos no âmbito social, com a ausência de barreiras arquitetônicas. Neste estudo teve-se como objetivo identificar, descrever e mapear as barreiras arquitetônicas de acesso aos serviços públicos oferecidos no Fórum, Universidade e Escola de Educação Básica de uma cidade do Meio-Oeste catarinense. É uma pesquisa exploratório-descritiva, com abordagem quantitativa, em que para a coleta de dados foi utilizado um formulário tipo *check-list*, baseado no protocolo da pesquisa de Aragão (2004) e a avaliação dos resultados foi fundamentada na norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004). Foi observado, mediante os resultados, que as condições de acesso às avenidas e elementos urbanos em um quarteirão próximo às instituições não atenderam à norma. Ainda, há obstáculos tanto no acesso ao interior do prédio quanto na circulação vertical, e somente em uma edificação o acesso para o seu interior está condizente com a norma. Conclui-se que os locais públicos estão em processo de adaptação para torná-los mais acessíveis às Pessoas com Deficiência Física (PDF).

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Barreiras arquitetônicas. Equidade no acesso. Estruturas de acesso.

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade pode ser definida pela capacidade de pessoas que, com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida, conseguem utilizar os espaços públicos e privados como qualquer outro indivíduo, de forma efetiva, possibilitando o seu convívio social. Essa condição somente pode ser concebida se houver ausência de barreiras arquitetônicas, as quais são qualquer entrave ou obstáculo presente no ambiente a ser ocupado que dificulte a circulação de seus usuários, tornando o espaço inadequado (BRASIL, 2000).

A inadequação dos espaços públicos torna-se um fator relevante na falta de participação das pessoas com deficiência física (PDF) na sociedade. Segundo dados do IBGE (2010), a cidade do Meio-Oeste catarinense onde a

¹ Acadêmica da 10ª fase do Curso de Fisioterapia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Joaçaba; alinedegenhardt@yahoo.com

² Acadêmica da 10ª fase do curso de Fisioterapia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Joaçaba; isafrasson@yahoo.com.br

³ Mestre em Ciências da Saúde pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Especialista Profissional em Fisioterapia Traumatológica-Ortopédica Funcional (ABRAFITO/COFFITO); Professor no Curso de Fisioterapia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; eduardo.junior@unoesc.edu.br

⁴ Mestre em Ciências Biológicas e Fisiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina; adarly.kroth@unoesc.edu.br

⁵ Mestre em Saúde Coletiva; doutoranda em Ciências da Saúde; Professora no Curso de Fisioterapia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; chrystianne.saretto@unoesc.edu.br

⁶ Mestre em Saúde Coletiva. Professora na Área das Ciências Biológicas e da Saúde, do Curso de Fisioterapia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Joaçaba; mariaesther.traverso@unoesc.edu.br

pesquisa foi realizada conta com 7,07% da população com deficiência motora, e raramente se evidenciava a presença destes nas entidades públicas e privadas, ou seja, no âmbito social.

Entretanto, a visão da sociedade está mudando, e cada vez mais a acessibilidade vem sendo mencionada e discutida em cada espaço construído ou reformado. Todavia, mesmo com a percepção das entidades, esse tema ainda gera preocupação e reflexão no que ainda poderia ser melhorado, pois para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade é necessário que o ambiente seja efetivamente preparado para a integração social.

Neste estudo tem-se como objetivo identificar, descrever e mapear as barreiras arquitetônicas de acesso aos serviços públicos oferecidos no Fórum, Universidade e Escola de Educação Básica de uma cidade do Meio-Oeste catarinense.

2 MÉTODOS

Este estudo é uma pesquisa exploratório-descritiva com abordagem quantitativa. A amostra intencional é composta por três edificações públicas, denominadas local A, o fórum da cidade; B: uma escola de educação básica; e C: a Universidade, localizadas em uma cidade do Meio-Oeste de Santa Catarina, com população de 47.204 habitantes, dos quais 3.339 possuem deficiência motora. Na coleta de dados foi utilizado um formulário tipo *check-list*, baseado no protocolo da pesquisa de Aragão (2004), e a avaliação dos resultados foi fundamentada na norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (2004).

O *check-list* abordou as condições de acesso da pessoa com deficiência física quanto à via pública até um quarteirão próximo à instituição; ao acesso ao prédio e seu interior; à circulação vertical com foco no piso, nas condições das rampas, escadas fixas e seus corrimões; à instalação sanitária mais próxima da entrada principal; e à presença de identificações com Símbolo Internacional de Acesso (SIA) nas portas de entradas, saídas, rotas de fuga e instalações sanitárias. Como material de apoio, foram utilizados fita métrica, máquina fotográfica digital e diário de pesquisa.

A pesquisa respeitou os princípios bioéticos da Resolução n. 466/12. Foi solicitada a autorização formal aos responsáveis pelos estabelecimentos e após o consentimento foram coletados os dados. A análise e a discussão dos resultados foram apresentadas por meio da avaliação de quadros contendo os itens mencionados anteriormente de forma resumida e pelas imagens fotográficas dos locais e figura preconizada pela NBR 9050 da ABNT.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A avaliação da integridade e a qualidade dos elementos urbanos com os quais o deficiente físico se depara ao se deslocar até o local desejado no quarteirão próximo a cada uma das instituições demonstrou que a maior parte dos elementos não está de acordo com as diretrizes preconizadas na norma ABNT 9050, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Mapeamento da via pública nos quarteirões próximos às instituições

Item avaliado	Local		
	A	B	C
Faixas para pedestres	SN	SN	SN
Rebaixamento de meio-fio	N	N	N
Calçadas livres de buracos	N	N	N
Calçada largura mínima	N	N	N
Avenida livre de buraco	N	N	N
Placas de sinalização trânsito	S	S	S
Sinalização do percurso à instituição	N	N	S
Semáforos munidos de botoeiras	N	N	N

Fonte: os autores.

Nota: S: Sim, existe e está conforme as normas / N: Não existe / NA: Não se aplica/ SN: Sim, existe e não está conforme às normas.

Conforme a norma da ABNT, “as faixas de travessia para pedestres devem ser aplicadas nas seções de via onde houver demanda de travessia, junto a semáforos, focos de pedestres, no prolongamento das calçadas e passeios.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). A existência de faixas dessa natureza funciona como alerta para motoristas, motociclistas e pedestres e constitui um instrumento educativo no trânsito (ARAGÃO, 2004, p. 31). Constatou-se que no quarteirão do local A há três faixas para pedestres, e no quarteirão do local C há uma faixa, localizadas na via pública de acesso ao prédio. Já no local B há uma faixa na avenida próxima à escola (Quadro 1). Assim, percebe-se a necessidade de haver mais faixas para travessia de pedestres para que os deficientes físicos tenham a liberdade de trafegar com segurança até o local desejável, evitando possíveis acidentes.

Segundo a NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004), as calçadas destinadas exclusivamente à circulação de pedestres devem ser completamente desobstruídas e isentas de interferências, como desnivelamentos, buracos e obstáculos que impeçam ou dificultem o trânsito das PDF. Em todos os locais deste estudo, as avenidas no percurso de um quarteirão próximo às instituições não estavam completamente livres de buracos. As calçadas, em sua grande maioria, não possuíam a largura mínima preconizada e não estavam totalmente livres de desnivelamentos, obstáculos e buracos. Quando comparados esses aspectos na via pública de acesso ao prédio, o local A está conforme o preconizado (Quadro 1).

Como previsto na Lei n. 10.098, de 2000, “Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.” (BRASIL, 2000). Foi observado que em todas as instituições havia placas de sinalização de trânsito em locais visíveis e nenhum apresentou semáforos munidos de botoeiras de comando (Quadro 1).

A norma estabelece que as sinalizações servem para identificar os diferentes espaços ou elementos de um ambiente ou edificação e, também, para indicar a direção de um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos de um edifício. Na forma visual, associa setas indicativas de direção e tátil, nesta última utilizam-se recursos como linha-guia ou piso tátil de alerta e direcional. No local C há uma placa sinalizando o percurso para a instituição, já no local A havia sinalizações táteis direcionais nas calçadas e nas vagas de estacionamento da via pública, direcionando para a entrada do prédio, e também tátil de alerta nos rebaixamentos de guia, rampas e escada fixa (Quadro 1). Constatou-se que nos quarteirões de todos os locais há rebaixamentos de calçadas somente na via pública de acesso ao prédio, assim, foi considerado com N (Não existe) no Quadro 1, por não corresponder aos rebaixamentos do quarteirão.

De acordo com a NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004), todas as entradas das edificações e equipamentos urbanos devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício. O Quadro 2 apresenta os aspectos relacionados às condições de acesso às instalações públicas avaliadas.

Quadro 2 – Mapeamento do acesso ao prédio

Item avaliado	Local		
	A	B	C
Rebaixamento na via pública do prédio	SN	SN	SN
Estacionamento privativo com o símbolo	N	N	S
Setas indicativas com o SIA para entradas, saídas, sanitários e vagas.	NA	NA	N
Sinalização da vaga a instituição	S	N	N

Fonte: os autores.

Nota: S: Sim, existe ou está conforme as normas/ N: Não existe / NA: Não se aplica/ SN: Sim, existe e não está conforme as normas.

Como mencionado anteriormente há rebaixamentos de guia somente na via de acesso ao prédio. Assim, no local A há 11 rebaixamentos que obedecem à inclinação máxima da calçada, porém alguns destes possuem desnível entre o seu término e o início da faixa, o que dificulta a travessia do cadeirante (Fotografia 1). No local B há somente um rebaixamento, e que não está conforme preconizado pela ABNT (Fotografia 2).

No local C há quatro rebaixamentos que seguem a norma, contudo, a estrutura da calçada onde eles se localizam e a pavimentação da rua com paralelepípedos tornam-se um empecilho para o deficiente físico realizar a travessia da rua e acessar a instituição (Quadro 2). Percebe-se, ainda, que dois dos rebaixamentos da via pública desse local estão localizados perto de um dos estacionamentos que não possui vaga demarcada para PDF, e também não há placas indicando qual dos estacionamentos possui essa vaga.

Fotografia 1 – Rebaixamento do meio fio do local A



Fonte: os autores.

Fotografia 2 – Rebaixamento do meio fio do local B



Fonte: os autores.

Quando avaliada a existência de estacionamento privativo para PDF, foram identificadas duas vagas devidamente demarcadas com o SIA no local C, localizadas perto das entradas, porém não há setas com o símbolo internacional de acesso nos corredores de circulação e na entrada do estacionamento indicando o sentido do deslocamento para as entradas, saídas, sanitários, vagas e locais acessíveis. Assim, como não há vagas na via pública, essa sinalização é necessária, nesse caso, pois há mais de um estacionamento e quem não conhece o local C terá dificuldades para encontrá-las. Como observado no Quadro 2, os demais locais não possuem estacionamento privativo, porém no local A há duas vagas demarcadas com o SIA na via pública de acesso ao prédio, uma delas está em frente à entrada principal, e na calçada há sinalização tátil indicando o percurso da vaga à edificação.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004), quando os acessos não apresentarem condições de acessibilidade deverá haver informações visuais indicando o local de acesso mais próximo que atenda à norma. A representação do SIA deve consistir:

[...] Em pictograma branco sobre fundo azul [...] Este símbolo pode, opcionalmente, ser representado em branco e preto (pictograma branco sobre fundo preto ou pictograma preto sobre fundo branco) [...] A figura deve estar sempre voltada para o lado direito [...] Nenhuma modificação, estilização ou adição deve ser feita a este símbolo.

Imagem 1 – Símbolo Internacional de Acesso



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004, p. 18).

Nos acessos ao interior do prédio observaram-se as condições do ambiente, descritas no Quadro 3.

Quadro 3 – Mapeamento do acesso ao interior do prédio

Item avaliado	Local		
	A	B	C
Escadaria com corrimão	S	SN	SN
Rampa de acesso	S	SN	SN
Porta com largura livre 0,8m	S	S	S
Porta tipo vai e vem	N	N	N
Trilho rebaixado na porta de correr	SN	S	S
Piso conforme a norma	S	N	N
Área de circulação livre	S	S	S

Fonte: os autores.

Nota: S: Sim, existe ou está conforme as normas / N: Não existe / NA: Não se aplica/ SN: Sim, existe e não está conforme as normas.

Em todos os locais deste estudo, o acesso da via pública para o interior do prédio é por escadas e rampas. O local A possui uma escada fixa que está dentro das normas. No local B das três escadas, mas nenhuma apresentou prolongamento, duas possuíam corrimão unilateral e nem todas possuíam a altura preconizada; no local C há uma escada fixa localizada logo em sua entrada que ultrapassa os 0,32m do estipulado para o piso (Fotografia 4) e um degrau na entrada principal da instituição, estes não possuem corrimões (Quadro 3).

Como já discutido, todos os locais do estudo apresentaram rampas para as PDF acessarem o interior do prédio. O local A possui duas rampas em conformidade com o estabelecido pela ABNT. Na frente do local B há uma rampa na qual o corrimão é unilateral e sua altura está fora do que é preconizado pela norma. A rampa para acessar o ginásio da instituição possui em seu início piso irregular e inclinação acima do estabelecido e não apresenta corrimões.

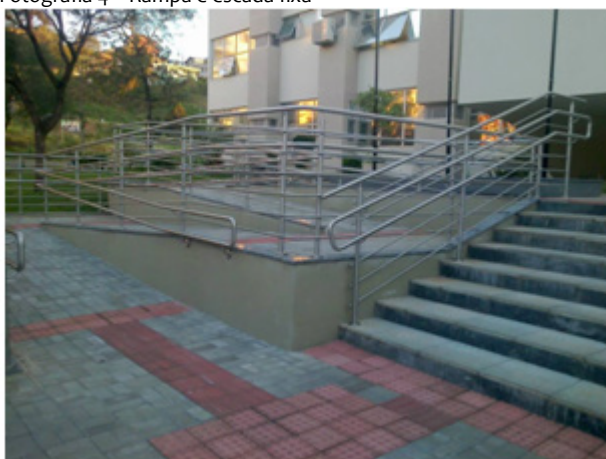
No local C a rampa que fica entre a via pública e seu interior possui corrimão unilateral, e sua altura está fora das normas. A rampa localizada na entrada da edificação da instituição não possui corrimões (Quadro 3). Segundo Aragão (2004, p. 45), a falta de corrimão instalado de ambos os lados compromete a mobilidade dos usuários de muletas, bengalas, aumenta os riscos de quedas por falta de apoio, e pode ocasionar acidentes e dificuldades para os clientes, até mesmo para os não portadores de deficiência. Na Fotografia 4 apresenta-se um exemplo de como as rampas e escadas fixas da circulação externa devem atender à norma.

Fotografia 3 – Escada de acesso do local C



Fonte: os autores.

Fotografia 4 – Rampa e escada fixa



Fonte: os autores.

Nas áreas de circulação coletiva das três instituições havia no mínimo 1,20 m para o trânsito de pessoas e livres de obstáculos. As portas possuíam largura livre de 0,8 m e nenhuma apresentava portas do tipo vai e vem. No local “A” foi observado que havia um portão de correr em sua entrada, e este não apresentava o trilho rebaixado, nos demais lugares as portas de correr tinham os trilhos rebaixados. Quanto ao piso da circulação externa, somente no local A estava conforme estabelecido pela norma, nos demais locais havia irregularidades ou o piso não era antiderrapante (Quadro 3).

O Quadro 4 demonstra as condições de circulação vertical no interior do prédio por meio de rampa e escada fixa. Segundo a NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004), degraus e escadas fixas em rotas acessíveis devem estar associados à rampa ou ao equipamento de transporte vertical.

Quadro 4 – Condições de circulação vertical no interior do prédio por rampa e por escada fixa

Item avaliado	Local		
	A	B	C
Rampa: Acesso por rampa	NA	S	S
Rampa: Inclinação da rampa minimiza esforços	NA	S	S
Rampa: Piso antiderrapante	NA	SN	S
Rampa: Patamar conforme a norma	NA	S	S
Rampa: Corrimão da rampa conforme a norma	NA	SN	SN
Escada Fixa: Patamar conforme a norma	S	S	S
Escada Fixa: Degraus conforme a norma	SN	SN	SN
Escada Fixa: Corrimão conforme a norma	SN	SN	SN

Fonte: os autores.

Nota: S: sim existe ou está conforme as normas / N: Não existe / NA: Não se aplica/ SN: Sim, existe e não está conforme as normas

No local A a circulação vertical em seu interior é por meio de elevador, que na verdade se torna relevante pela facilidade que traz ao PDF para usufruir dos espaços na circulação vertical ao interior do prédio, minimizando esforços. Quanto à escada fixa, o corrimão está instalado em ambos os lados, porém não apresenta prolongamento no início e no final da escada, e sua altura não está adequada ao que preconiza a norma. No local B, a rampa apresenta uma inclinação adequada, pois minimiza esforços da PDF e está associada à escada fixa; ambas apresentam corrimão nos dois lados, porém não estão na altura adequada, o piso não é antiderrapante, e não apresenta o prolongamento descrito na NBR 9050 (Quadro 4).

A rampa para a circulação vertical no local C apresenta piso antiderrapante, inclinação de modo a minimizar esforços, é extensa, mas apresenta um patamar de no mínimo 1,20m de dimensão longitudinal a cada mudança de direção para descanso; apresenta corrimão, porém não em ambos os lados, a altura está inadequada e não existe prolongamento, além disso, a rampa está distante da escada fixa existente no acesso principal do prédio, dificultando o acesso da PDF. Quanto à escada fixa, apresenta corrimão em ambos os lados, porém sua altura está inadequada e não apresenta prolongamento, além de os degraus não serem antiderrapantes (Quadro 4).

O Quadro 5 demonstra as condições dos sanitários e vestiários de acordo com a NBR 9050 (2004).

Quadro 5 – Avaliação das instalações sanitárias nos edifícios

Item Avaliado	Local		
	A	B	C
Sanitários devidamente sinalizados	S	SN	S
Existentes para ambos os sexos	N	N	S
Adequados para PDF	SN	SN	SN

Fonte: os autores.

S: Sim, existe ou está conforme as normas / N: Não existe / NA: Não se aplica/ SN: Sim, existe e não está conforme as normas.

Em todos os locais pesquisados existem sanitários localizados próximos à circulação principal do prédio, porém no local B o SIA era pequeno, de difícil sinalização (Fotografia 5), e somente no local C havia sanitários disponíveis para ambos os sexos. Todos os locais apresentaram espaço livre equivalente a um retângulo de 1,10 m por 0,80 m junto às peças sanitárias e acessórios que não precisam de transposição (Quadro 5).

Quanto às barras horizontais junto à bacia sanitária, somente no local A estão adequadas conforme o que exige a norma; no local B são inexistentes; e no local C existem, mas não estão adequadas. Em todos os locais a altura da bacia sanitária e a papelaria não correspondiam ao que é preconizado; em relação à válvula de descarga, também deixou a desejar, pois em nenhum local funciona com leve pressão, e somente no local C a altura encontrava-se adequada. Somente no local C o lavatório possui a coluna, dificultando a aproximação do PDF; as torneiras não são de monocomando nos três locais, e no local A a altura do lavatório não está adequada. Há mictórios apenas no local C, porém as barras paralelas não estão como o preconizado na norma (Quadro 5). A seguir, na Fotografia 6 apresenta-se o sanitário do local B, que foi o que trouxe mais resultados relevantes.

Fotografia 5 – SIA de difícil visualização do local “B”



Fonte: os autores.

Fotografia 6 – Sanitário inadequado do local B

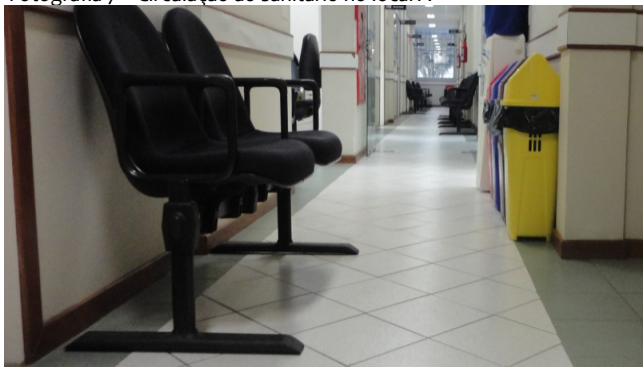


Fonte: os autores.

Observou-se, ainda, conforme a Fotografia 7, que no local A até a PDF chegar ao sanitário, além de o corredor ser estreito há obstáculos que dificultam a circulação. Porém, com pequenas mudanças no posicionamento da mobília e melhor adequação nas comodidades haveria melhor mobilidade às PDF.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004), “O símbolo internacional de acesso deve indicar a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.” A partir disso constatou-se que em todos os locais da pesquisa o SIA se encontrava apenas na identificação das instalações sanitárias adaptadas para PDF.

Fotografia 7 – Circulação ao sanitário no local A



Fonte: os autores.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se com os resultados encontrados que os locais públicos estão em processo de adaptação para torná-los mais acessíveis às PDF. Mesmo com a intenção de melhorar as condições dos acessos, estas devem atender à norma, pois não adianta tê-las se não atendem ao objetivo de proporcionar ao seu usuário segurança e autonomia durante o uso. As condições de acesso às avenidas e elementos urbanos observadas em um quarteirão próximas às instituições não atendem à norma, pois geram muitas dificuldades ao deficiente físico para chegar até o local de destino.

A estrutura de dois dos edifícios avaliados neste estudo é antiga e houve tentativas em adaptá-la em seu interior e circulação externa, porém ainda há barreiras arquitetônicas que dificultam a locomoção e utilização dos espaços. Também foi percebido que em uma dessas edificações o acesso ao interior do prédio está totalmente condizente com a norma. Já o outro edifício foi construído recentemente, com o interior em condições mais acessíveis, porém em seu entorno ainda se encontram bastantes obstáculos. Sugere-se que novos estudos semelhantes a este sejam realizados para avaliar as condições de acessibilidade em ambientes públicos.

Accessibility in public environment: mapping of architectural barriers from a town of this state Midwest

Abstract

Accessibility is a condition in which people with some kind of motor disability, can take advantage of resources in the social sphere, with the absence of architectural barriers. This study aims to identify, describe and map the architectural barriers in accessing public services offered in the Forum, University, and School of Basic Education of a Midwestern city of Santa Catarina. It is an exploratory-descriptive research with quantitative approach, where data collection for a form check-list type, based on the research protocol of Aragon (2004) and the evaluation of the results was used was based on the NBR 9050 (ABNT, 2004). It was observed by the results that the conditions of access to avenues and urban elements in a block next to the institutions did not meet the standard. Still, there are hurdles in both the access to the interior of the building, as the vertical circulation, and only in a building, access to the interior is consistent with the standard. It is concluded that public places are in the adaptation process to make them more accessible to Persons with Disabilities (PDF).

Keywords: People with Disabilities. Architectural barriers. Equity in access. Access structures.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Antônia Eliana de Araújo. **Acessibilidade da pessoa portadora de deficiente físico aos serviços hospitalares**: Avaliação das barreiras arquitetônicas. 2004. 104f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)–Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. Decreto-Lei n. 10.098, 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

IBGE. **Censo 2010. População Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_santa_catarina.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010. Amostra pessoas com deficiência**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/8BNE>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010. Videira**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2G6>>. Acesso em: 01 abr. 2014.